

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE AÇU/RN

Jussier Fernandes Filho¹
Rafael Cavalcanti de Castro²

INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e a continuidade do modo de vida capitalista vivenciado globalmente, segundo Diegues (2000) as sociedades quebraram o elo com a natureza e passaram a entender os recursos naturais como matéria-prima para o rápido crescimento econômico, ocorrendo desta forma uma intensa exploração do meio ambiente, ameaçando sua biodiversidade e seu equilíbrio ecológico.

Desde então, a busca incessante pelo crescimento econômico vem causando vários problemas para o equilíbrio ambiental, afetando os ecossistemas e comprometendo a qualidade de vida da população em geral, e trazendo o foco da questão ambiental para debate social (Fonsêca, Pinho e Torres, 2015), fazendo surgir a preocupação com as questões ambientais, que passam ao interesse de discussões internacionais sobre a necessidade de um novo modelo desenvolvimentista.

Um dos marcos da criação da ideia de desenvolvimento sustentável, que surgiu a partir do conceito de ecodesenvolvimento, foi a I Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável é aquele com o objetivo de preparar e estreitar as relações entre a sociedade e as crises socioambientais, presentes em escala mundial desde o século XX, capaz de suprir as necessidades dos humanos atuais, sem comprometer a capacidade do planeta para atender as gerações que estão por vir (Fonsêca, Pinho e Torres, 2015). A partir de então esse vocábulo começou a ser difundido pelos estudiosos inicialmente em seu significado mais amplo.

No Brasil, em 1992, durante a Eco-92 na cidade do Rio de Janeiro, o conceito foi definitivamente incorporado como um princípio orientador de ações e práticas Mundial, que então proporcionou a criação da Agenda 21, discorrendo sobre o compromisso das nações em agir unidos na busca por atingir o desenvolvimento sustentado. Esse movimento foi culminante na trajetória de construção do conceito, através da coalizão geopolítica, mas

também pelo fortalecimento de atuação de representantes da sociedade civil, com a efetiva participação de ONG's e dos movimentos sociais (Oliveira, 2012). Porém este não foi a parte final do processo, se tratava apenas do início da busca pelo desenvolvimento sustentável.

Vinte anos depois, após várias discussões sobre o meio ambiente em diferentes esferas, após a implementação do conceito na área política pelo poder público, a incorporação da ideia nas universidades e organização e a aplicação em políticas públicas, também no Rio de Janeiro, aconteceu a Rio+20, outro encontro promovido a fim de reunir as delegações diplomáticas para discutir o novo modelo de desenvolvimento ambiental sustentável, que de certo modo confirmou, segundo Oliveira (2012), que o conceito de desenvolvimento sustentável trata-se mais, pela visão dos governantes, de um ajuste ecológico da máquina capitalista.

Por trás do conceito básico, o desenvolvimento sustentável abrange diversos âmbitos, tendo em vista que para que ele seja possível se faz necessária a prosperidade econômica, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social, que está diretamente ligado a qualidade de vida e bem-estar da população, englobando outros fatores, como aspectos culturais e tradicionais.

Em um contexto mais regional podemos observar que estes ideais voltados ao meio ambiente, como um todo, vêm influenciando novas políticas nacionais, estaduais e municipais, com a criação de Agendas 21 locais (Oliveira, 2012). No estado do Rio Grande do Norte o governo através da Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças criou o Projeto RN Sustentável, com o objetivo de contribuir para aumentar a qualidade de vida social, com a segurança alimentar, o melhor acesso à educação, saúde e segurança, melhorar os sistemas de controle de despesas públicas, recursos humanos e gestão ativa.

Projeto este que junto com outros vem contemplando o município de Açu, área de estudo do nosso trabalho, que visa pesquisar a partir de uma análise crítica mediante a concepção moderna de desenvolvimento sustentável, se há a promoção dessa ideia na política, sociedade e economia do município.

METODOLOGIA

Como o tema e título do trabalho esboça uma visão que analisa e concomitantemente critica numa perspectiva moderna e ambientada para os tempos de hoje, para se obter fundamentos que embasassem todos essas afirmações foram feitas

pesquisas e destrinchamentos em demasiadas obras disponíveis ao público como também conhecimento popular sobre a cidade e o que nela ocorre, para assim montar um perfil e enquadrá-lo nos parâmetros de pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável.

Para que fosse possível traçar uma linha paralela entre o conteúdo referente à sustentabilidade e suas práticas ao que diz respeito sobre o município de Açu, foram buscados dados e informações tanto em obras regionais como a “Percepção dos Estudantes sobre as Práticas de Educação Ambiental em Escolas Municipais de Mossoró/RN” como também consultamos pessoas influentes a respeito da cidade e suas características.

Por ser um município relativamente pequeno e simples e aparentar uma facilidade em obter informações sobre o mesmo, a realidade age em contrapartida dificultando o acesso/conhecimento sobre o que houve e o que está havendo na cidade. Em resposta a isso, para a realização das pesquisas, foram consultados as mais diversas pessoas, principalmente as que tinha boa aquisição de conhecimento, como historiadores locais e até mesmo pessoas envolvidas na prefeitura — a qual é composta em grande parte por conhecedores experientes do município.

Juntando o útil ao agradável, foi traçado todo um panorama em reuniões em grupos, onde se buscava chegar a um consenso que levasse a uma reflexão sobre a sustentabilidade na cidade, sempre orbitando questionamentos que expressavam: se o desenvolvimento sustentável ocorre, como se daria o processo de inicialização e difusão desse pensamento nos variados setores de Açu e se seria viável e necessário uma ação que provocasse o expandir dessa ideia.

Dessa forma, para a obtenção final, rápida e eficaz de um consenso sobre a presença dessas atividades no município e também a viabilidade delas, foram selecionados dados que mostram e traçam o perfil da cidade e dados explicativos sobre o que é a sustentabilidade, e diante de tudo isso, foram formadas linhas paralelas que buscassem uma comparação na perspectiva de ‘expectativa X realidade’, para que o grupo do trabalho pudesse então ter uma noção básica e concreta para determinar nossos resultados.

DESENVOLVIMENTO

Um erro muito comum quando pensamos em desenvolvimento é torná-lo sinônimo do crescimento econômico, a diferença básica entre essas expressões está em suas acepções. O crescimento está ligado ao progresso da economia exacerbada, se preocupando muito mais com a visão de oferta e demanda que é a base para o mercado, enquanto o desenvolvimento

deve ser planejado por vislumbrar as relações entre a economia, a sociedade e o meio ambiente, privilegiando a harmonia a partir de planos que façam com que uma dinâmica saudável seja permanente entre esses fatores.

Segundo Veiga (2005), desenvolvimento como sendo um sinônimo de crescimento econômico é uma forma de simplificar a tarefa de entendê-lo, começando a ficar claro a distinção entre ambos desde que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançou o Índice de Desenvolvimento Humano, que não se resume à renda per capita ou à renda por trabalhador, porém ainda visto como defeituoso, por resultar do cálculo da renda, escolaridade e longevidade, este ainda serviu para ajudar a quebrar barreiras e levar o desenvolvimento a outros patamares de conhecimento.

Para entendermos de desenvolvimento, devemos entender que só o há quando os benefícios de crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, como um conjunto de coisas que as pessoas podem ser, ou fazer na vida, sendo quatro as mais elementares: ter vida longa e saudável, possuir crescimento, ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno e participar da vida em comunidade (Veiga, 2005).

No Brasil esse equívoco é recorrente, levando em consideração que apesar da existência de estratégias sustentáveis nas políticas governamentais e nas práticas de empresas públicas e privadas, essas estratégias não fazem parte de um todo coerente. Apesar da grande capacidade econômica brasileira, a administração de recursos é muito falha, gerando problemas que vão desde os âmbitos sócio-políticos, como a falta de acesso a direitos básicos da população como educação, saúde e moradia, aos ambientais, como a ausência de exploração de práticas sustentáveis diante dos recursos dos biomas brasileiros que têm grande capacidade ambiental, mas são vítimas de desmatamento e devastação, tendo como exemplo a região amazônica, o cerrado e a caatinga (Abramovay, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Açu é um dos municípios do interior do estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do país, um dos estados pertencentes ao semiárido brasileiro. Localizado a oeste da capital do estado, denominada Natal, distando a 214 km.

Segundo o Censo Demográfico publicado pelo IBGE em 2010, neste ano o município de Açu possuía um total de habitantes de 53.227 (quadro 01), sendo a maior parte da população encontrada na área urbana, 73,94%, refletindo o fenômeno urbano recorrente em

todo o país e 26,06% residentes em áreas rurais, distribuídos em uma área de 1.303,442 km². Esta distribuição resulta em uma densidade demográfica de 40,84 hab./km², com um valor inferior ao do Estado do Rio Grande do Norte, ao qual possui densidade de 59,9 hab./km². Quanto à estrutura etária, a maior parte da população é formada por adultos (20 a 59 anos), que representam 53,75%.

A cidade está inserida na microrregião do Vale do Açu, consenso no meio acadêmico e governamental como uma das microrregiões do RN com maior potencial para atividades produtivas ligadas ao agronegócio, tanto patronal, quanto familiar. Detentora da maior oferta de recursos hídricos do estado, com especial destaque para a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, e de solos de alta fertilidade, a região agrega todas as condições naturais necessárias à realização de projetos na área da fruticultura irrigada e demais setores da indústria extrativa e de transformação.

Para o desenvolvimento sustentável, ser alcançado este não pode ser considerado um processo mecânico, mas deve implicar em mudanças sociais e políticas estruturais (Diegues, 1992). Diegues, neste mesmo artigo, cita que um dos esteios do desenvolvimento sustentado é a base ecológica, enfatizando a relação entre a manutenção da diversidade biológica e a diversidade cultural, a partir de estudos que demonstram que as populações tradicionais de coletores, pescadores e etnias indígenas são grandes responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependemos para manter o equilíbrio.

No município de Assú a formação de um desenvolvimento sustentável, não pode acontecer diferente, seria um processo longo, em uma sociedade que ainda segue a política do crescimento econômico como premissa para alcançar desenvolvimento. Um meio de início poderia ser a elaboração de um planejamento evolutivo baseado nas necessidades da população e do meio em que habitam, para que haja um bom convívio social e ambiental, como uma alternativa poderia ser implantada a educação ambiental e o ensino de ecologia nas escolas, que apesar de estarem muito relacionadas, apresentam papéis completamente distintos, mas significativos quando se unem a outras ações.

A educação ambiental promove uma visualização de mundo que transcende os aspectos sócio-políticos, ambientais, econômicos e culturais, e fará com que os alunos tenham discussões de teor crítico sobre temas científicos que são de caráter vital para o entendimento da necessidade do desenvolvimento sustentável, enquanto a educação ecológica irá construir nos estudantes a capacidade de sensibilização sobre as relações humanas e sociais entre o meio físico e ambiental (Reigota, 2009).

Porém, a educação ambiental não basta para o desenvolvimento sustentável, é somente uma das técnicas utilizadas como instrução à sua percepção. Para que exista um desenvolvimento sustentável é preciso haver uma quantidade exorbitante de mudanças na cultura, na economia, nos comportamentos sociais e nas políticas públicas. Ou seja, a transformação requer muito tempo e um aporte na educação, conduzindo as crianças, adolescentes e adultos, com disciplinas e campanhas, não só a respeitar seus semelhantes, a partir da ética social, mas também a compreender o meio ambiente como seu semelhante, abolindo o costume de que a natureza é matéria-prima, mas criando uma ligação de respeito e necessidade mútua.

Logo, podemos assumir que o desenvolvimento sustentável não é algo que aconteça em curto prazo, muito menos de forma isolada, ele ocorre a partir de várias mudanças, que unidas transformam o modo de viver e ver da sociedade, gerando outro conceito: "sociedades sustentáveis", que a partir de Diegues (1992), é mais adequado, na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como uma busca pelo viver bem a partir da cultura, do desenvolvimento histórico e da sua vivência em seu ambiente natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão sobre o que é desenvolvimento e como esse desenvolvimento pode ser sustentável, e com todos os índices analisados, é notório que o município de Açú busca o crescimento econômico usando o desenvolvimento sustentável como uma ferramenta de marketing político, significando somente manutenção e não como uma transformação que deve ser feita.

O que tornaria o município um desenvolvido sustentavelmente seria uma transformação desde o princípio, alterando todas as formas de agir e pensar, praticando não somente o que lhes é conveniente sobre o conceito e a ideia, mas impondo todos os eixos da sustentabilidade como uma forma de viver igualitária, em que a natureza seja uma aliada ao mesmo nível do homem e essa relação se estabeleça novamente, como nas antigas sociedades tradicionais.

Tendo em vista que este é um processo longo e árduo, sua introdução se daria a partir da educação ambiental e ecológica, sensibilizando a população da necessidade do incentivo de um pensamento mais humano-ambiental, baseado nas relações que rodeiam esse meio. E já

que a solução para a difusão desse pensamento que deveria ser uma forma de viver ou estilo de vida, foi visto que é algo que precisa ser enraizado nas pessoas, e a melhor alternativa para isso, sem dúvidas, é o aprendizado escolar voltado para as boas práticas com o meio ambiente direcionado para públicos desde os menores até as últimas classes, visto que o conhecimento se fixa melhor numa pessoa quando este é posto logo no desenvolvimento cognitivo, que chega a ser mais efetivo quando estimulado desde a fase em que se encontram crianças.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual é a estratégia para o Brasil?, Novos Estudos, São Paulo, Novos Estudos - CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), n.87, Julho, 2010.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões Rio de Janeiro, Revista Visões, v.1, n.4, Jan/Jun, 2008.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2.ed. 2000. p.1-46.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

FONSECA, C.S., PINHO, B.R.T., TORRES, M.B.R. Percepção dos Estudantes sobre as Práticas de Educação Ambiental em Escolas Municipais de Mossoró/RN. In: SEABRA, G. (org.). Terra: Saúde Ambiental e Soberania Alimentar. Ituiutaba, MG: Barlavento, 3 v. 2015. p. 1304-1316.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo de 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades .> Acesso em: 14 dez 2014.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, p.36-51, 2002.

OLIVEIRA, L.D. de. Da Eco-92 à Rio+20: uma breve avaliação de duas décadas. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

REIGOTA, M. Educação Ambiental. São Paulo: Editora Brasiliense, 2.ed. 2009. p. 11-33.

VEIGA, José Eli da. O que é desenvolvimento. In: VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável - O desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Editora Gramond. 2005. p. 12- 108.

VEIGA, José Eli da. O que é desenvolvimento. In: VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável - O desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Editora Gramond. 2005. p. 109-172.